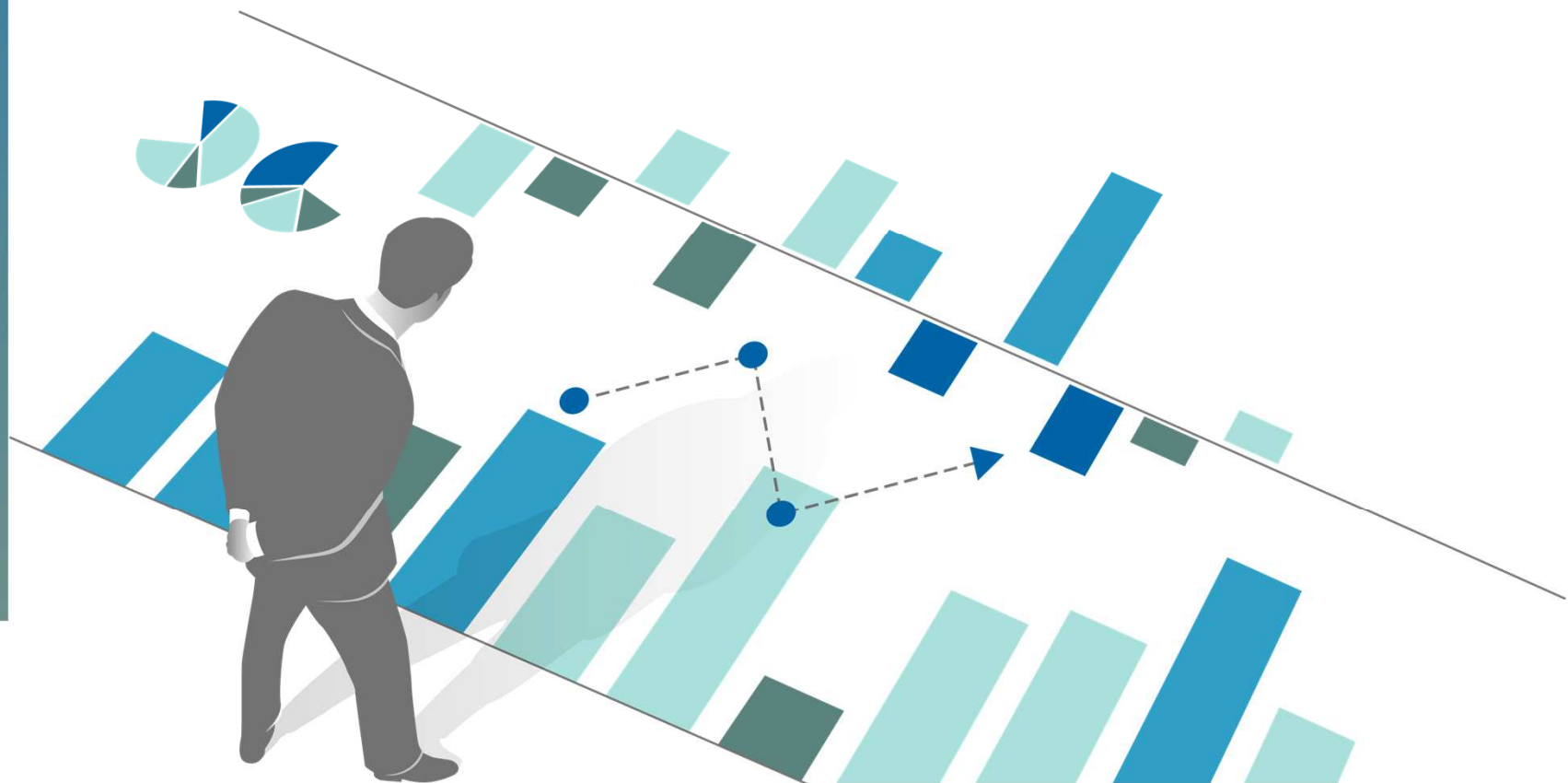


RTN
2020

Resultado do Tesouro Nacional



Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2019/2020 – Valores Nominais*

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2019/2020

Discriminação	Jan-Fev		Variação (2020/2019)		Fevereiro		Variação (2020/2019)	
	2019	2020	% Nominal	% Real (IPCA)	2019	2020	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	275.439	289.761	5,2%	1,0%	114.665	115.793	1,0%	-2,9%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	53.223	55.665	4,6%	0,5%	29.292	33.397	14,0%	9,6%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	222.216	234.095	5,3%	1,2%	85.373	82.397	-3,5%	-7,2%
IV. DESPESA TOTAL	210.417	215.820	2,6%	-1,5%	103.604	108.253	4,5%	0,5%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	11.799	18.275	54,9%	48,2%	-18.231	-25.857	41,8%	36,4%
Tesouro Nacional e Banco Central	40.685	51.942	27,7%	22,5%	-3.139	-7.586	141,7%	132,4%
Previdência Social (RGPS)	-28.886	-33.667	16,6%	12,0%	-15.093	-18.271	21,1%	16,4%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,0%	1,5%	-	-	-	-	-	-

Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional	40.642	52.110	28,2%	23,1%	-3.128	-7.611	143,3%	-
Resultado do Banco Central	43	-167	-	-	-11	25	-	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-28.886	-33.667	16,6%	12,0%	-15.093	-18.271	21,1%	10,7%

Em **fevereiro de 2020**, houve **déficit primário de R\$ 25,9 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 18,2 bilhões em fevereiro de 2019** (valores nominais).

No acumulado até fevereiro de 2020, houve superávit primário de **R\$ 18,3 bilhões** frente a superávit de R\$ 11,8 bilhões em 2019 (valores nominais).

Em termos reais:

- Até fev/2020: superávit de R\$ 18,4 bilhões
- Até fev/2019: superávit de R\$ 12,4 bilhões

Principais Eventos Sazonais

[illegible]

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2011/2020 – R\$ Bilhões – A preços de fev/20 – IPCA



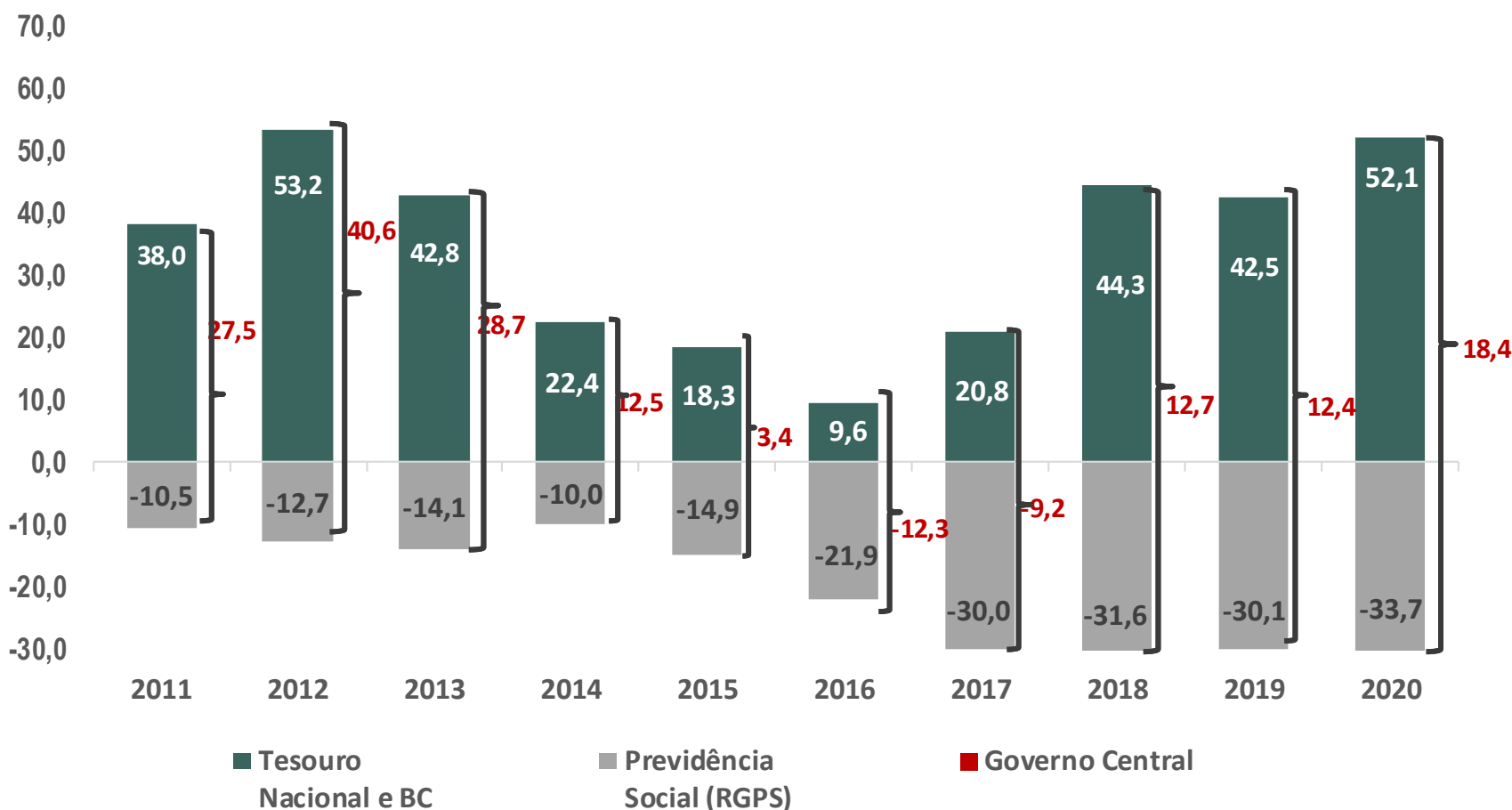
O **resultado primário** do **Governo Central** acumulado em 12 meses (até fev/2020) foi de **déficit de R\$ 90,8 bi**, equivalente a **1,21% do PIB**.

A meta de resultado primário do Governo Central para 2020 é **déficit de R\$ 124,1 bi**, equivalente a **1,64% do PIB**.

O Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dispensou o governo do cumprimento dos resultados fiscais previstos na LDO.

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2020 – R\$ Bilhões – A preços de fev/20 – IPCA*

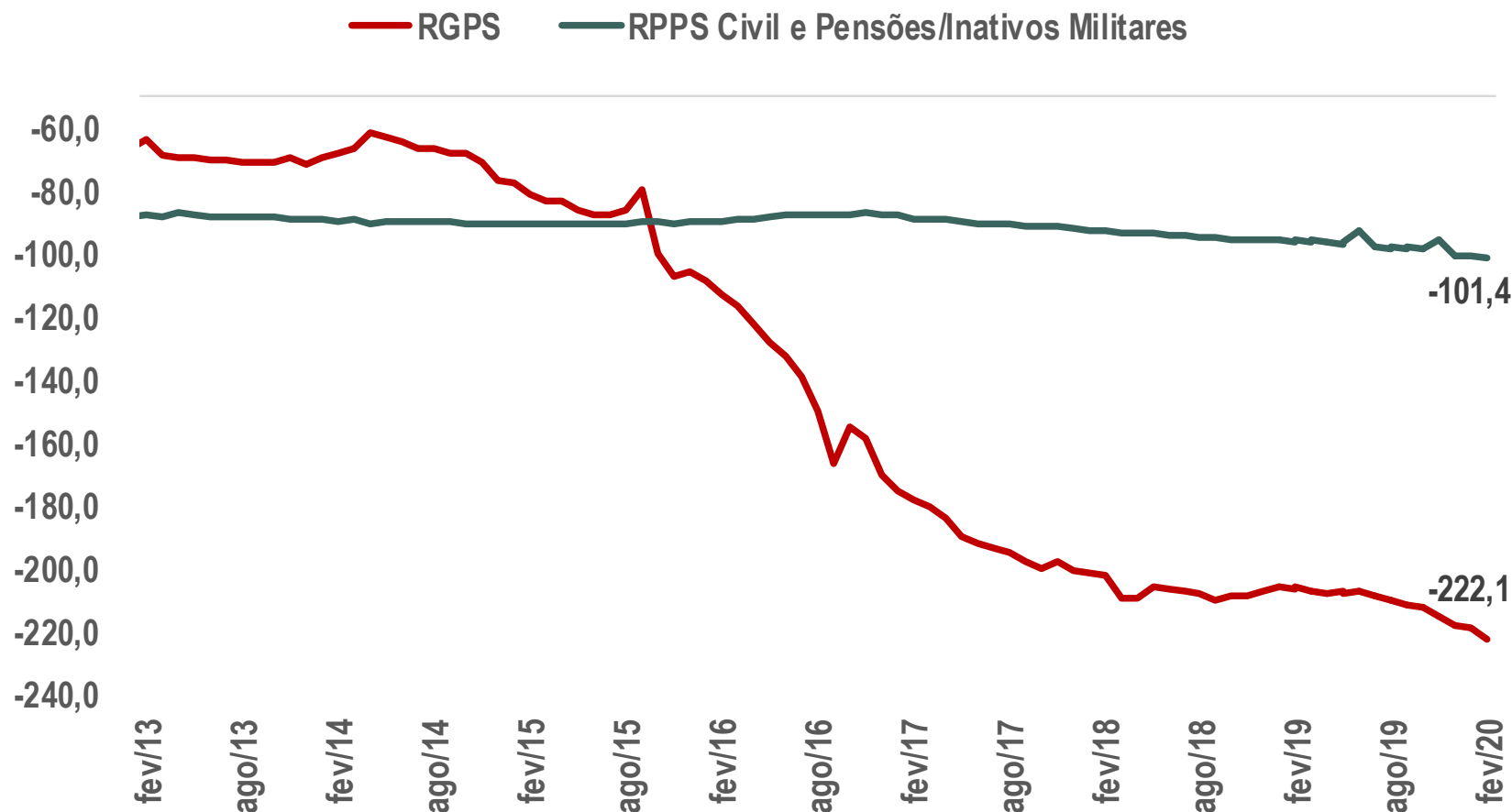


No acumulado até fevereiro de 2020, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 33,7 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** foram **superavitários em R\$ 52,1 bilhões**.

Os déficits acentuados na previdência (social e regime próprio) têm **retirado espaço para a realização de políticas sociais e de investimentos públicos**.

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2013/2020 – R\$ Bilhões – A preços de fev/20 - IPCA



Total do déficit
RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 323,6 bilhões (4,4% do PIB) no Governo Central no acumulado em 12 meses até fevereiro de 2020, a preços de fev/2020 – IPCA.

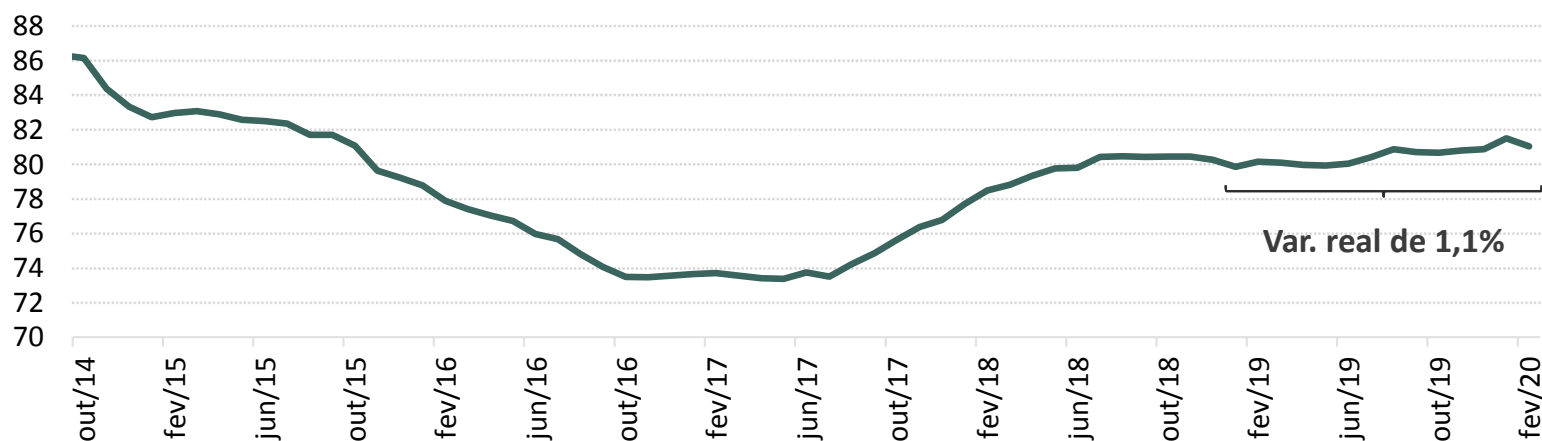
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

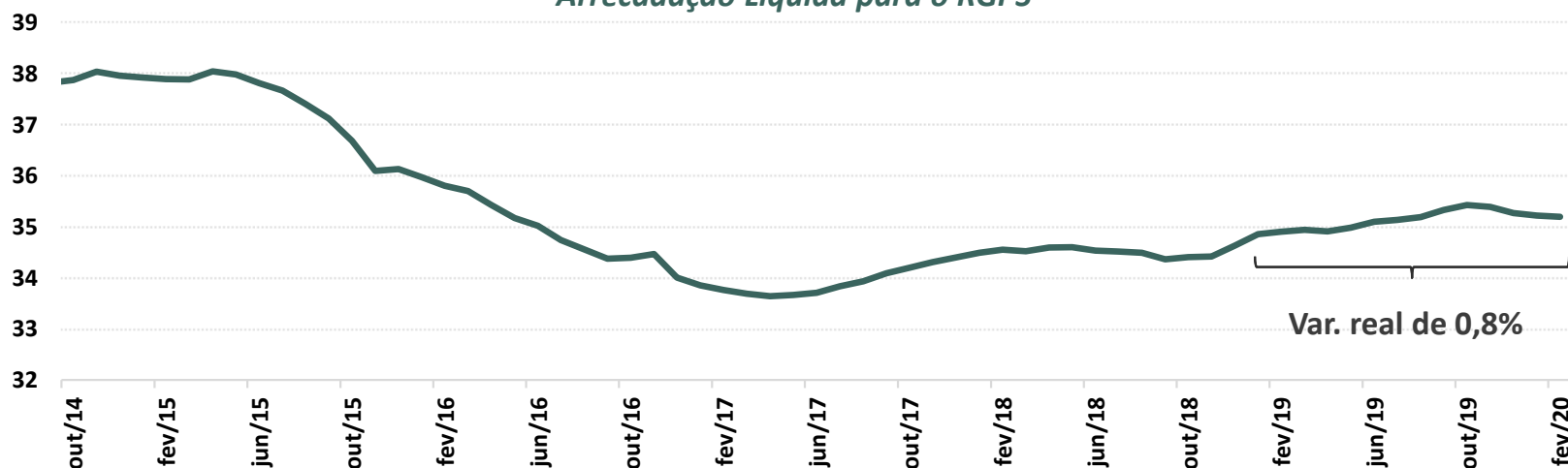
Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de fev/20 - IPCA

Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



Arrecadação Líquida para o RGPS



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou crescimento real de **1,1%** em relação a fevereiro de 2019, enquanto a da **arrecadação líquida para o RGPS** subiu **0,8%** para o mesmo período.

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2019/2020 – A preços de fev/20 - IPCA – R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2019/2020					R\$ Milhões
Discriminação	Jan-Fev		Variação		
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)	
I. RECEITA TOTAL	287.189,5	290.195,5	3.006,0	1,0%	
I.1 Receita Administrada pela RFB	190.390,3	192.560,2	2.170,0	1,1%	
Imposto de Importação	7.295,7	7.365,7	70,1	1,0%	
IPi	8.686,8	8.129,5	-557,3	-6,4%	
Imposto sobre a Renda	88.897,3	90.318,4	1.421,1	1,6%	
IOF	6.563,9	7.080,6	516,7	7,9%	
COFINS	40.665,3	40.099,3	-566,0	-1,4%	
PIS/PASEP	11.474,0	11.488,8	14,8	0,1%	
CSLL	22.243,3	22.974,6	731,3	3,3%	
CIDE Combustíveis	533,0	423,7	-109,3	-20,5%	
Outras Administradas pela RFB	4.031,0	4.679,5	648,5	16,1%	
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-100,0%	
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	66.677,9	65.786,5	-891,4	-1,3%	
Urbana	65.419,2	64.455,7	-963,5	-1,5%	
Rural	1.258,7	1.330,8	72,1	5,7%	
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	30.121,3	31.848,9	1.727,5	5,7%	
Concessões e Permissões	668,2	699,7	31,4	4,7%	
Dividendos e Participações	0,0	719,2	719,2	-	
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.227,0	2.111,9	-115,1	-5,2%	
Exploração de Recursos Naturais	13.415,9	14.466,4	1.050,4	7,8%	
Receitas Próprias e de Convênios	3.155,6	2.199,4	-956,2	-30,3%	
Contribuição do Salário Educação	4.065,6	3.681,5	-384,1	-9,4%	
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	496,1	13,5	-482,5	-97,3%	
Operações com Ativos	206,8	223,9	17,1	8,3%	
Demais Receitas	5.886,2	7.733,5	1.847,3	31,4%	
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	55.461,7	55.720,9	259,1	0,5%	
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	231.727,8	234.474,7	2.746,9	1,2%	

No acumulado até fevereiro de 2020, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 3,0 bilhões (1,0%) em termos reais**, frente a mesmo período de 2019.

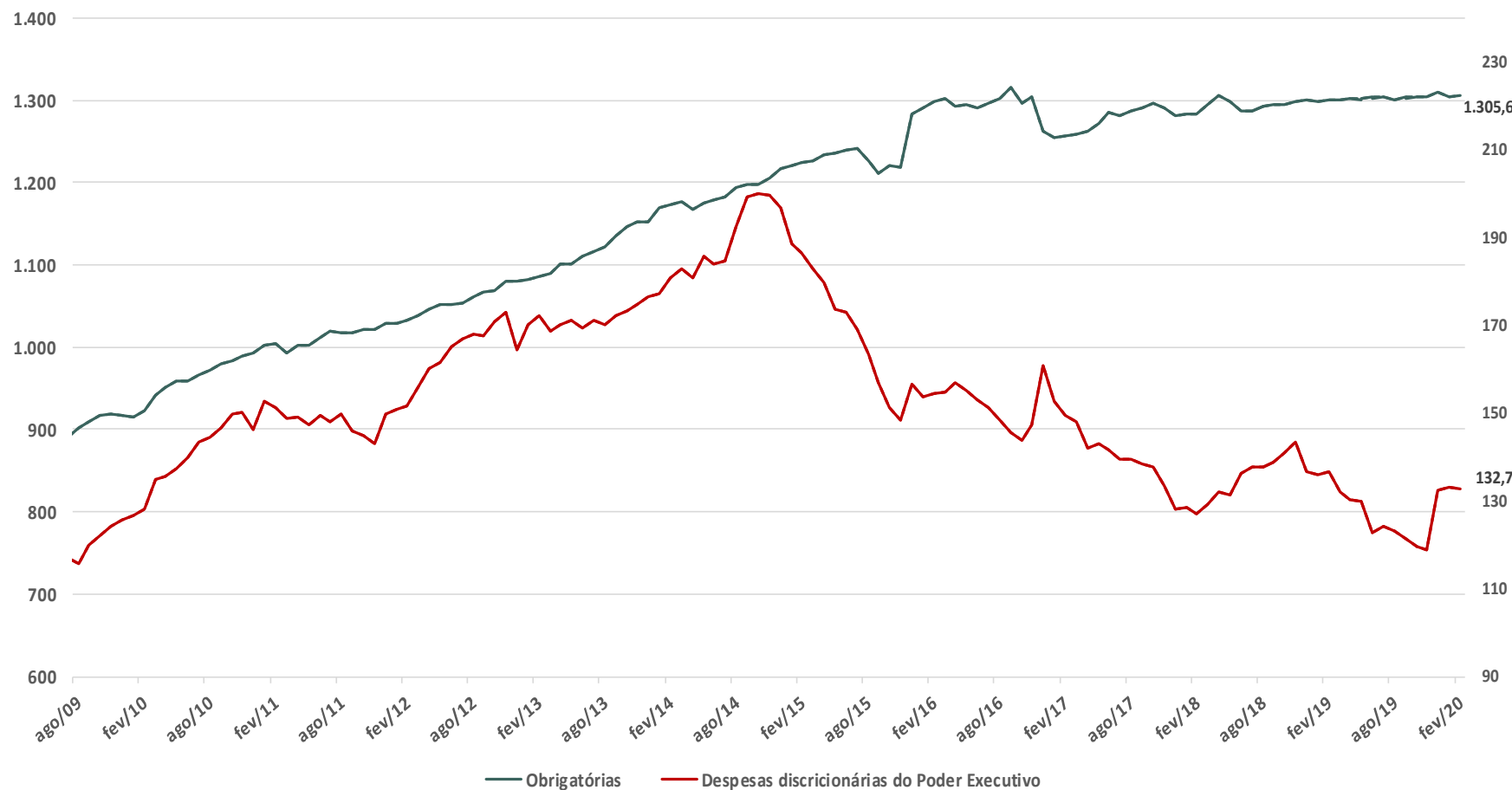
Os principais destaques foram:

- *IR + R\$ 1,4 bi*
- *Exploração de Rec. Naturais + R\$ 1,1 bi*
- *Rec. Própria e de Convênio + R\$ 1,0 bi*
- *Demais receitas + R\$ 1,8 bi*

A **receita líquida** apresentou elevação de **R\$ 2,7 bilhões (1,2%) em termos reais frente ao primeiro bimestre de 2019.**

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
Brasil - 2009 a 2020: R\$ Bilhões – A preços de fev/20 - IPCA



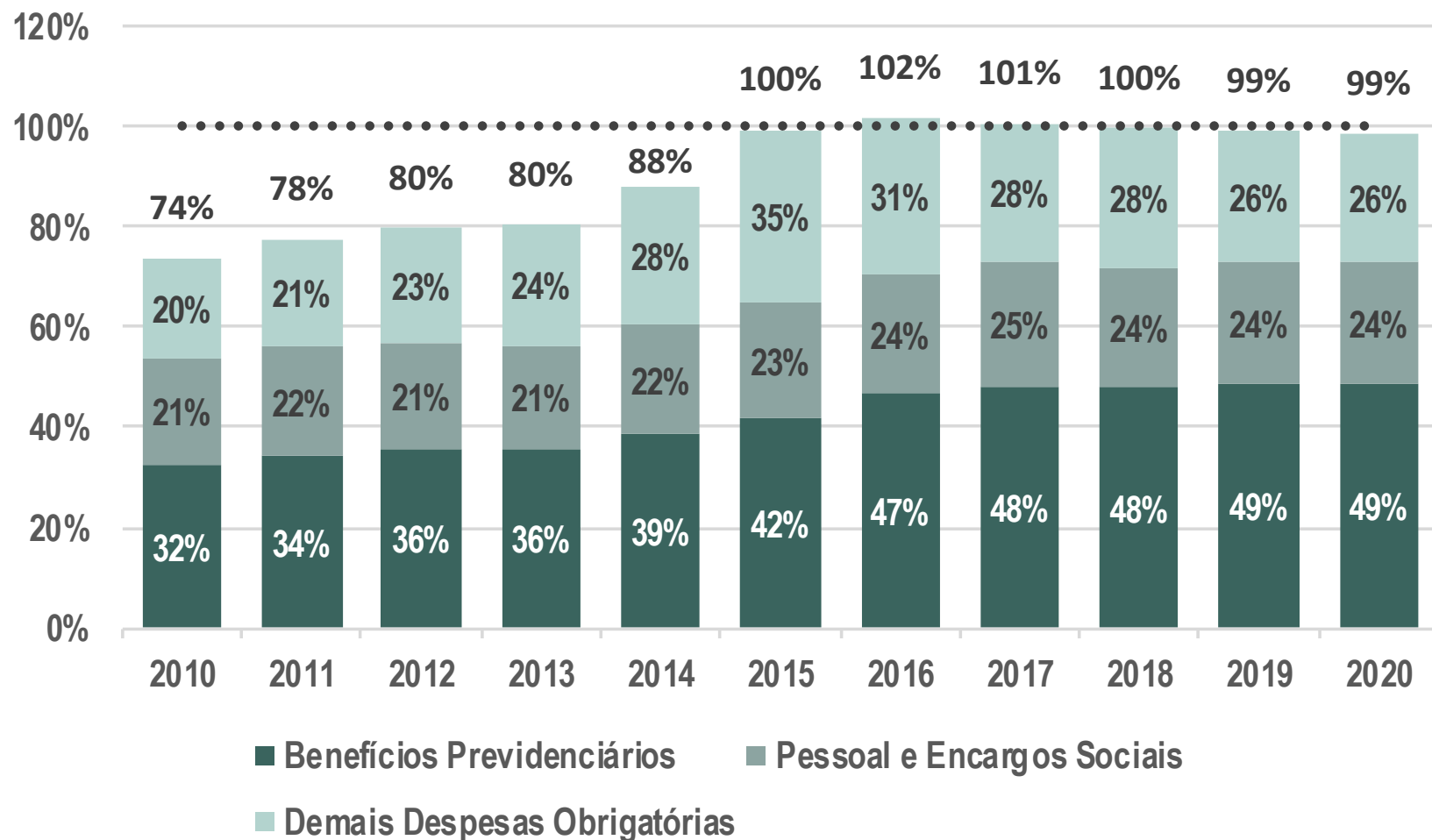
As despesas discricionárias atingiram R\$ 132,7 bilhões no período de 12 meses encerrado em fevereiro de 2020, **o mesmo nível de fevereiro de 2010**, em termos reais. Essas despesas são pressionadas pelo crescimento persistente das obrigatórias.

A elevada execução de despesas discricionárias no final de 2019 deveu-se, em parte, à descompressão ocasionada pela cessão onerosa no final de 2019.

* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento a Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2020;

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias* como proporção da Receita Líquida** – Brasil
2010 a 2019: Anual; 2020: Acumulado em 12 meses até fevereiro



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida. A redução a partir de 2019 foi influenciada pelos recursos da cessão onerosa.

Para retornar ao patamar de 2010 seria necessária uma redução das despesas obrigatórias de R\$ 279,6 bilhões (3,8% do PIB) ou uma elevação da receita líquida de R\$ 378,8 bilhões (5,2% do PIB).

O desafio do controle da despesa do governo central nos próximos anos dependerá da dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias, em especial, gastos com previdência e despesas com pessoal.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

** Exclui as receitas da cessão onerosa.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2019/2020 – A preços de fev/20 - IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	219.322,2	216.089,1	-3.233,1	-1,5%
IV.1 Benefícios Previdenciários	96.782,3	99.492,1	2.709,7	2,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	76.501,9	78.955,0	2.453,1	3,2%
Benefícios Previdenciários - Rural	20.280,5	20.537,1	256,6	1,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	52.075,4	51.408,5	-666,8	-1,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	38.315,1	33.965,0	-4.350,2	-11,4%
Abono e Seguro Desemprego	12.205,2	12.291,5	86,3	0,7%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10.140,4	10.332,6	192,2	1,9%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	496,1	13,5	-482,5	-97,3%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.254,4	94,7	-2.159,7	-95,8%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.645,5	1.303,3	-342,2	-20,8%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	4.339,1	4.517,2	178,0	4,1%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.540,6	1.315,0	-225,6	-14,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	257,3	306,3	49,0	19,1%
Subsídios, Subvenções e Proagro	4.971,2	3.288,1	-1.683,1	-33,9%
Impacto Primário do FIES	120,2	-4,9	-125,1	-
Demais	345,0	507,6	162,6	47,1%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	32.149,4	31.223,6	-925,8	-2,9%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.506,9	19.256,3	-1.250,6	-6,1%
Discrecionárias	11.642,4	11.967,3	324,8	2,8%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	33.007,3	28.943,8	-4.063,5	-12,3%
Outras Despesas de Custeio	29.417,6	25.092,0	-4.325,6	-14,7%
Outras Despesas de Capital	3.589,7	3.851,7	262,0	7,3%

No acumulado até fevereiro de 2020 contra mesmo período de 2019, **a despesa total diminuiu R\$ 3,2 bilhões (1,5%) em termos reais**. As principais variações foram:

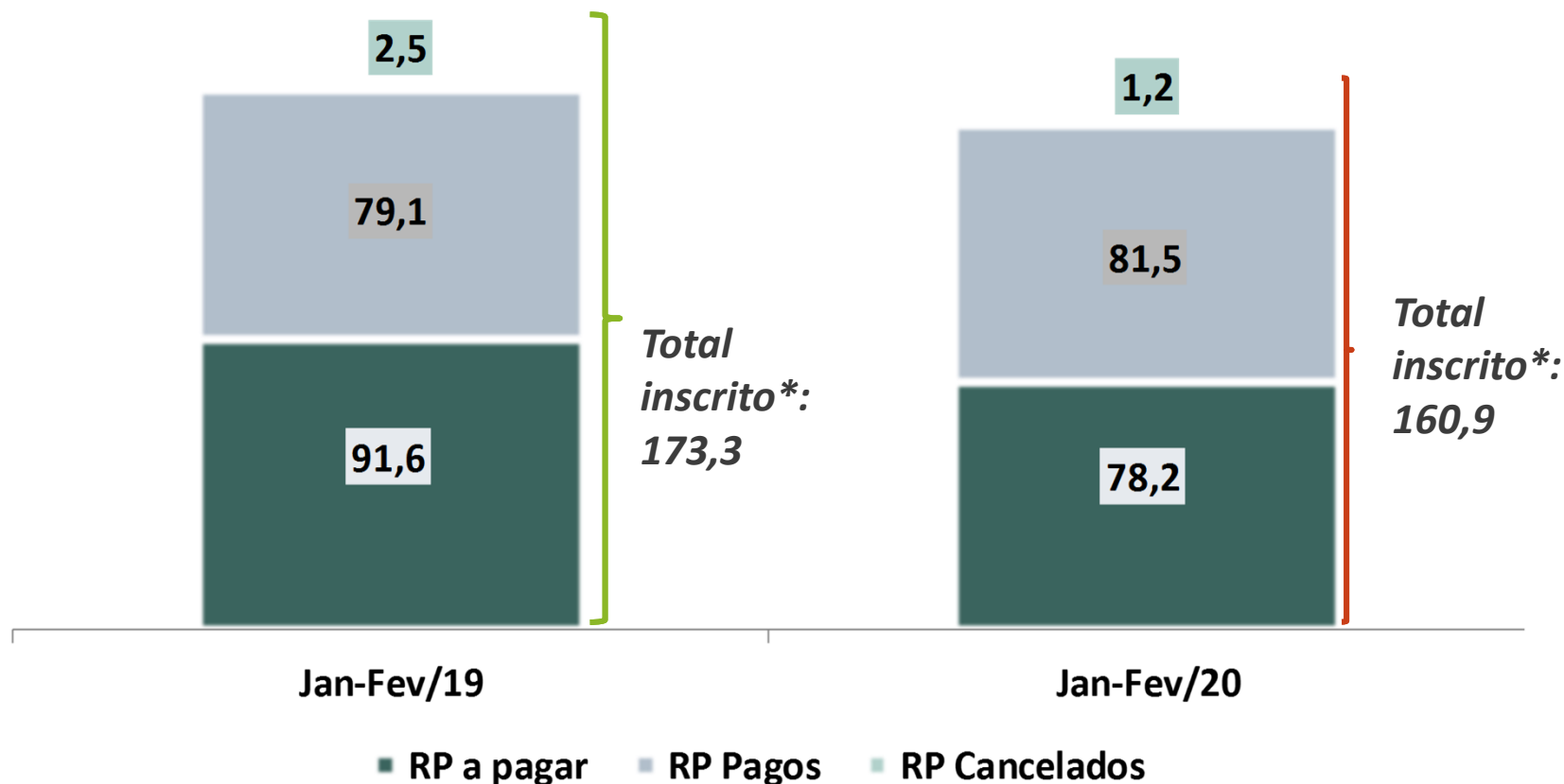
- **Benefícios Previdenciários (+ R\$ 2,7 bilhões)**
- **Créditos Extraordinários (- R\$ 2,2 bilhões)**
- **Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 1,7 bilhão)**
- **Obrigatórias com controle de fluxo (- R\$ 1,3 bilhão)**

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2019/2020 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) inscritos em 2020 correspondeu a **R\$ 160,9 bilhões**, contra **R\$ 173,3 bilhões** no ano anterior.

Em **dezembro de 2019** houve cancelamento de **R\$ 11,7 bilhões** (Decreto nº 9.428/2019).

• Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2020/114>

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º Bimestre de 2020

Resultado da Avaliação do 1º Bimestre (R\$ bilhões)			
Discriminação	LOA (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Total	1.644,1	1.611,4	-32,7
1.1 Receitas Administradas pela RFB (exceto RGPS)	1.003,1	997,8	-5,3
1.2 Receitas Não Administradas pela RFB	204,6	177,2	-27,4
1.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	436,5	436,4	-0,1
2. Transferência por Repartição de Receita	288,7	287,2	-1,5
3. Receita Líquida (1) - (2)	1.355,4	1.324,2	-31,2
4. Despesas Primárias	1.479,5	1.485,8	6,3
4.1. Benefícios Previdenciários	677,7	677,7	0,0
4.2. Pessoal e Encargos Sociais	322,4	325,7	3,3
4.3 Outras Desp. Obrigatórias	210,1	217,1	7,0
4.4. Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	269,4	265,3	-4,0
Obrigatórias com Controle de Fluxo	143,3	145,4	2,1
Discricionárias	126,1	120,0	-6,1
5. Resultado primário (3) - (4)	-124,1	-161,6	-37,6
6. Metal Fiscal	-124,1	-124,1	-

Memo:	LOA (a)	Avaliação 1º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
Despesas Sujeitas ao Teto	1.454,5	1.453,2	-1,2
Limite EC 95/2016 *	1.454,6	1.454,9	0,4
Margem Fiscal	0,1	1,7	1,6

Fonte: SOF/Fazenda/ME.

* A diferença entre a LOA e a 1ª avaliação bimestral (R\$ 350,7 milhões) é derivada do Acórdão TCU nº 362/2020 (aumento do teto de gastos do Poder Judiciário em virtude de nova forma de contabilização do auxílio-moradia daquele Poder)

A avaliação de receitas e despesas do 1º bimestre, realizada **antes** dos contornos da **Crise da Covid-19** se definirem, indicava **limitação de despesas no montante de R\$ 37,6 bilhões**.

No entanto, o Decreto Legislativo nº 6, de 2020, dispensou o governo do cumprimento dos resultados fiscais previstos na LDO e da sistemática de limitação de empenho (art. 9º da LRF).

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º Bimestre de 2020

Principais Variações da Avaliação do 1º Bimestre (R\$ bilhões)		
Discriminação	Variação em relação à LOA	Principais Fatores de Variação por Rubrica
1. Receita	-32,7	
Cofins e PIS/Pasep	-16,9	realização abaixo do previsto e revisão da estimativa das compensações tributárias que afetam as restituições para baixo
Concessões e Permissões	-16,3	resultado da exclusão das receitas advindas da desestatização da Eletrobrás
Exploração de Recursos Naturais	-9,4	redução de arrecadação na part. especial pelo decresc. de produção
Dividendos e Participações	-3,5	revisão em função da divulgação das Demonstrações Financeiras das principais empresas
IPI	-3,5	reflete arrecadação até fev. abaixo do estimado à época da elaboração do PLOA
Imposto de Importação	1,8	reflete arrecadação até fev. e alteração de parâmetros (especialmente câmbio)
IR	12,1	desempenho até fev. acima do previsto (principalmente IRPJ)
Demais variações	3,0	
2. Transferências por Repartição de Receita	-1,5	
3. Despesas	6,3	
Créditos Extraordinários	7,7	inclusão de despesas referentes a ações de proteção e defesa civil (MP n 920), bem como combate ao coronavírus (MP n 921 e 924)
Pessoal e Encargos Sociais	3,3	recomposição parcial do cancelamento de R\$ 5,3 bi realizado pelo Congresso
Obrigações com Controle de Fluxo	2,1	reclassificação das despesas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) que estavam majoritariamente alocadas em despesas discricionárias
Abono e Seguro Desemprego	-0,9	variação negativa na projeção do abono salarial resultante da incorporação de dados da RAIS 2018
Despesas Discricionárias do Executivo	-6,1	cancelamento de R\$ 5,1 bi para o crédito extraordinário da MP n 924 e remanejamento do FNSP
Demais variações	0,3	

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019/2020 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2019



R\$ 1.373.250.488.227,27

Limite para 2020



R\$ 1.454.946.093.279,51

Pagamento acumulado em 2020

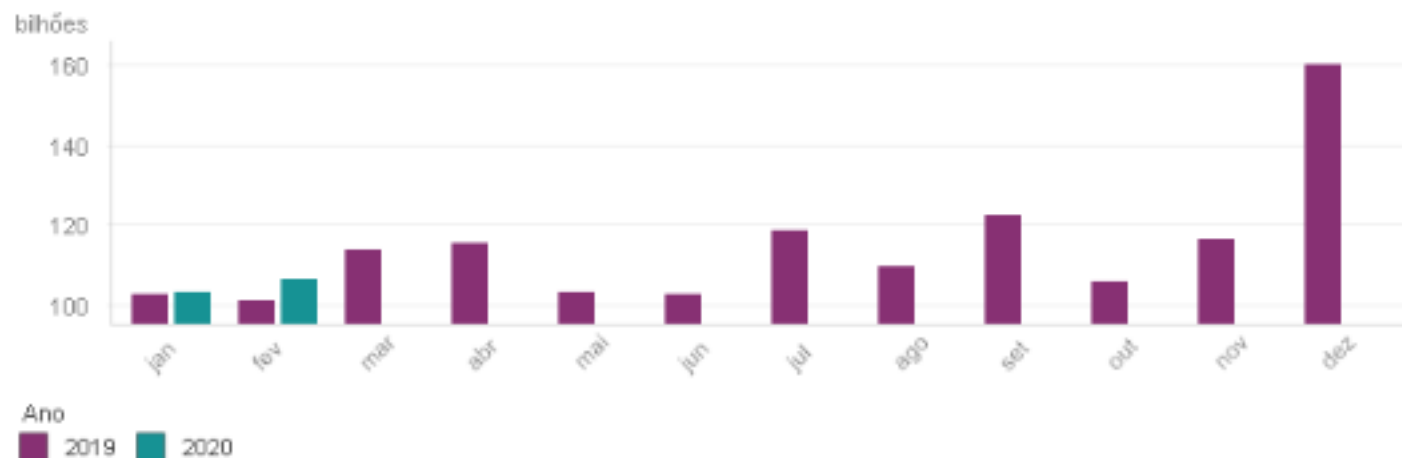


R\$ 209.989.750.065,65

% do teto atingido

14,43%

Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020 – R\$ Milhões – Preços Correntes

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2020	PLOA 2020 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	209.990	1.454.946	14,4%
II.1 Poder Executivo	199.631	1.391.955	14,3%
II.2 Poder Legislativo	1.939	12.570	15,4%
II.2.1 Câmara dos Deputados	940	6.038	15,6%
II.2.2 Senado Federal	678	4.444	15,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	321	2.088	15,4%
II.3 Poder Judiciário***	7.154	43.267	16,5%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	99	646	15,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	241	1.518	15,9%
II.3.3 Justiça Federal	1.926	11.197	17,2%
II.3.4 Justiça Militar da União	79	546	14,4%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.104	7.378	15,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho**	3.214	19.088	16,8%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	462	2.697	17,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	28	197	14,4%
II.4. Defensoria Pública da União	87	548	15,9%
II.5 Ministério Público da União	1.179	6.606	17,8%
II.5.1 Ministério Público da União*	1.167	6.522	17,9%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	12	84	14,2%

* Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2020 e o acréscimo de R\$ 121,0 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2020 TCU.

** Conforme Parecer de Força Executória nº 00016/2020/CRACPR-1/PRU5R/PGU/AGU, foi trazido para dezembro de 2020 pagamento de R\$ 80,0 milhões executado em fevereiro de 2020.

*** Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019/2020 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Fev		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2019(a)	2020 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	204.038	209.990	2,9%	5,9%
II.1 Poder Executivo	193.311	199.631	3,3%	6,2%
II.2 Poder Legislativo	1.986	1.939	-2,4%	6,1%
II.2.1 Câmara dos Deputados	978	940	-3,9%	7,1%
II.2.2 Senado Federal	684	678	-0,9%	5,7%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	324	321	-0,9%	4,1%
II.3 Poder Judiciário***	7.462	7.154	-4,1%	-1,4%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	103	99	-3,7%	-6,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	224	241	7,6%	6,7%
II.3.3 Justiça Federal	1.994	1.926	-3,4%	-0,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	78	79	0,8%	2,2%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.196	1.104	-7,7%	2,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho**	3.375	3.214	-4,8%	-4,1%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	466	462	-0,8%	1,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	25	28	12,4%	1,5%
II.4. Defensoria Pública da União	94	87	-6,9%	3,5%
II.5 Ministério Público da União	1.185	1.179	-0,5%	1,9%
II.5.1 Ministério Público da União*	1.172	1.167	-0,5%	2,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	13	12	-9,0%	-3,9%

* Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de julho de 2020 e o acréscimo de R\$ 121,0 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2020 TCU.

** Conforme Parecer de Força Executória nº 00016/2020/CRACPR-1/PRU5R/PGU/AGU, foi trazido para dezembro de 2020 pagamento de R\$ 80,0 milhões executado em fevereiro de 2020.

*** Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2020, na comparação com a despesa paga em 2019, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2019 para 2020 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

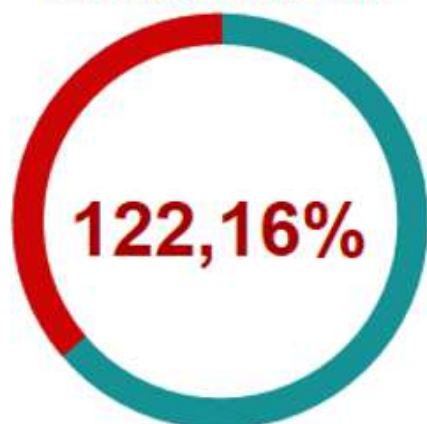
Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Painel da Regra de Ouro da UNIÃO

 Selecione o mês
de referência

fev/20

 % da despesa coberta com
receita considerada

 Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ -182,95

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

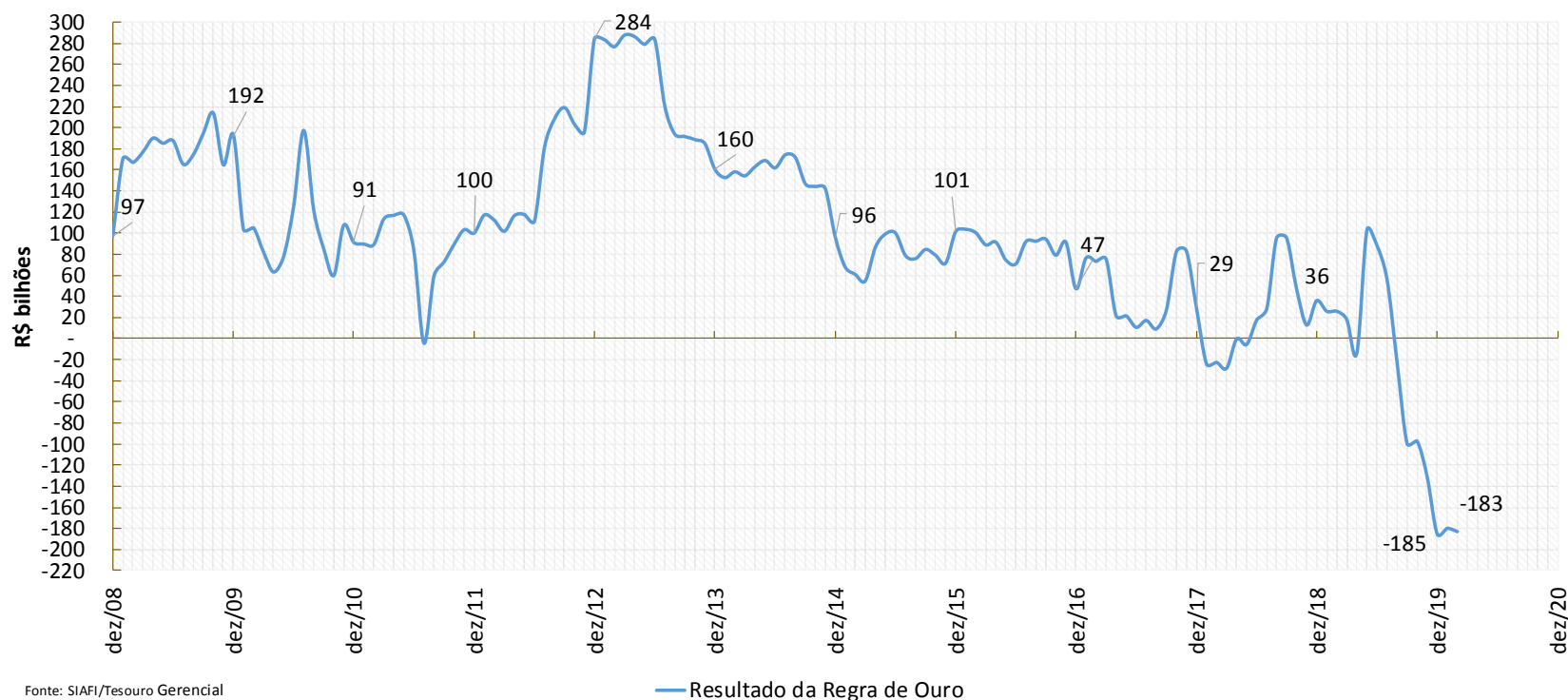
	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	7,46	127,70	825,62
Receita Considerada	31,32	223,32	1.008,57
Receitas de Operações de Crédito	49,51	141,81	938,43
(-) Variação do colchão da dívida	18,19	-81,52	-70,13
Resultado	-23,86	-95,62	-182,95
Ressalva Constitucional	0,00	0,00	240,98
Resultado Considerado	-23,86	-95,62	58,03

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2020: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



No acumulado em 12 meses até fevereiro/2020, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 182,9 bilhões**.

O cumprimento da Regra de Ouro é verificado em **bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2020 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Contas	2020	
	Sem superávit financeiro	Com superávit financeiro*
Resultado primário do Governo Central	124,1	
Despesas de Capital (I)†	1.060,5	1.060,5
Investimentos†	39,0	39,0
Inversões Financeiras†	59,8	59,8
Amortizações	961,7	961,7
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (II = a - b)	1.414,7	1.152,5
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	1.159,4	1.159,4
Variação da Sub-conta da Dívida (b)	-255,3	6,9
Margem da Regra de Ouro (III = I - II)	-354,3	-92,1

* Previsão de superávit financeiro de exercícios anteriores a ser utilizado no pagamento de despesas em 2020 (detalhamento abaixo).

† As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

Previsão de superávit financeiro	2020
52 - Resultado Banco Central*	162,6
59 - Retorno OC (BNDES etc.)**	81,0
outras fontes***	18,6
Total	262,2

* Inclui parcela referente ao resultado recebido em 2018 (R\$ 141,2 bilhões) e parcela referente ao resultado recebido em 2019 (R\$ 21,4 bilhões).

** Recursos dos fluxos regulares da fonte, além de devoluções antecipadas. As devoluções antecipadas do BNDES em 2019 totalizaram R\$ 100,00 bilhões, dos quais R\$ 30,00 bilhões foram utilizados no próprio exercício.

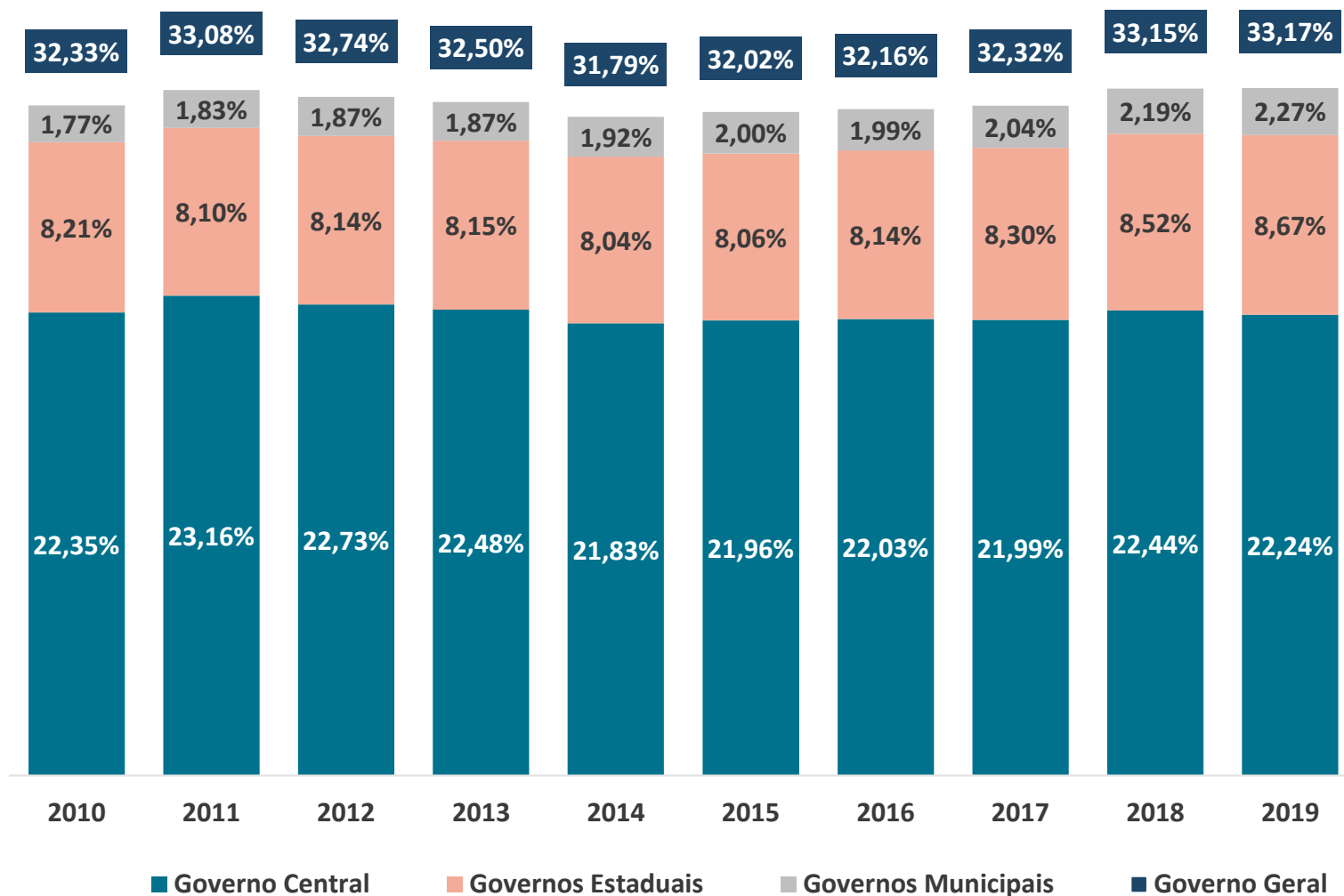
*** 97 - Dividendos; 73 - Operações de Crédito - Estados e Municípios; e outros.

Para 2020, as projeções feitas para o relatório de avaliação de receitas e despesas do 1º bimestre apontavam necessidade de aprovação de crédito suplementar para o cumprimento da regra de ouro. **Este cenário está sujeito a revisão devido aos prováveis impactos fiscais extraordinários da Crise da Covid-19.**

A **aprovação do crédito suplementar** em 2019 por meio da Lei nº 13.843/2019 (referente ao PLN Nº 04/2019) torna possível a utilização de fontes superavitárias como o resultado do Banco Central e o retorno antecipado do BNDES para cobertura parcial da insuficiência da margem da Regra de Ouro em 2020.

Carga Tributária Brasileira

2010 a 2019 - % do PIB



Anualmente, com 3 meses de defasagem, a Secretaria do Tesouro Nacional estima a **Carga Tributária Bruta** brasileira (CTB) para o Governo Geral.

Para o ano de 2019 estima-se que a CTB tenha apresentado um aumento de 0,02 p.p. do PIB em relação a 2018.

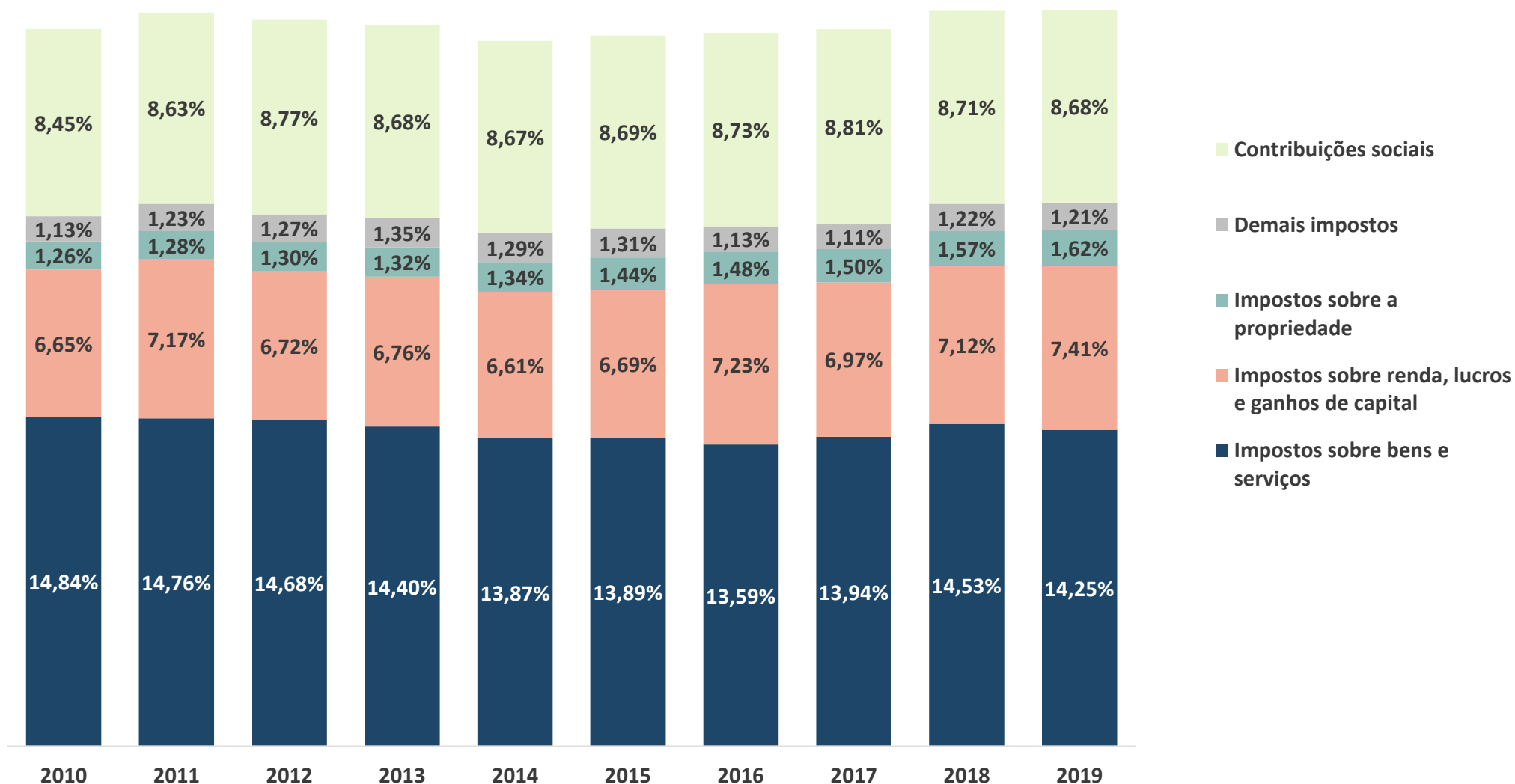
Fonte: Tesouro Nacional. Dados preliminares, sujeitos a revisão.

Destaca-se que a RFB é o órgão responsável pela publicação da CTB, em formato anual, conforme definido em sua estrutura regimental. A STN publica ao final do primeiro trimestre de cada ano uma estimativa da CTB para compor a Prestação de Contas da Presidência da República.

Carga Tributária Brasileira

2010 a 2019 - % do PIB

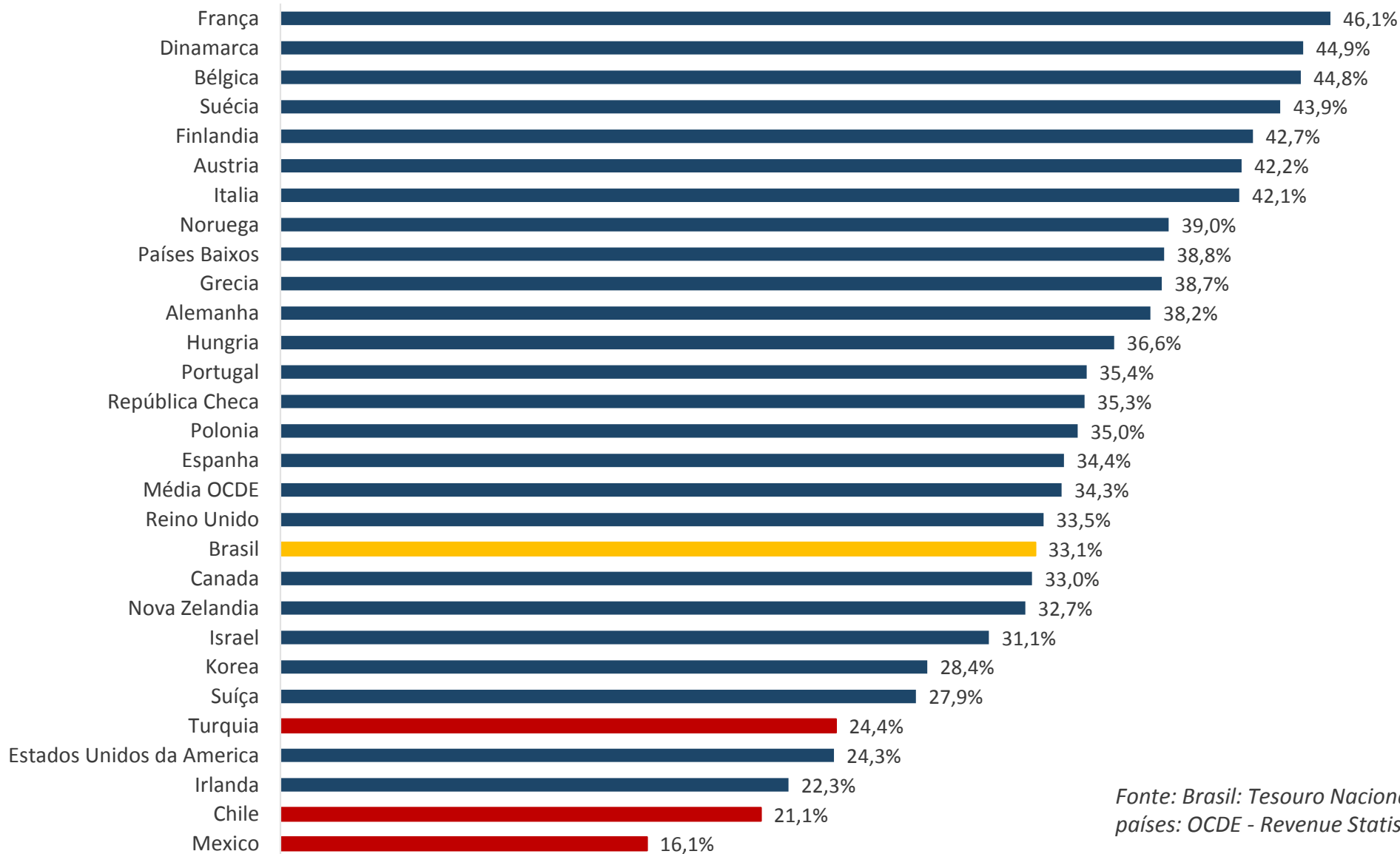
Composição da Carga Tributária Bruta – Governo Geral



Fonte: Tesouro Nacional. Dados preliminares, sujeitos a revisão.

Carga Tributária Bruta

Comparativo Internacional - 2018 - % do PIB



Fonte: Brasil: Tesouro Nacional. Demais países: OCDE - Revenue Statistics



Plataforma Online de pagamentos do **Tesouro Nacional**

Maior agilidade para a **GRU**

Compensação instantânea

Menos burocracia e mais eficiência



SECRETARIA ESPECIAL DE
FAZENDA

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

	Valores Correntes		Valores Correntes		Valores Correntes	
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	fev/12	5.373,0	fev/12	25.994,9	fev/12	101.284,7
2º	fev/08	5.217,3	fev/08	20.579,8	fev/11	81.864,7
3º	fev/04	4.283,0	fev/13	19.438,5	fev/13	78.431,6
4º	fev/03	3.833,4	fev/20	18.266,9	fev/08	63.174,4
5º	fev/06	3.607,7	fev/11	16.601,2	fev/14	61.646,1
6º	fev/07	3.499,5	fev/07	15.055,8	fev/07	56.141,3
7º	fev/11	2.527,5	fev/10	12.627,7	fev/09	53.725,1
8º	fev/02	2.525,7	fev/19	11.798,8	fev/06	49.942,3
9º	fev/05	2.016,0	fev/18	11.624,1	fev/10	49.197,6
10º	fev/99	1.570,8	fev/04	11.526,0	fev/05	48.209,0
11º	fev/00	1.476,3	fev/03	11.004,7	fev/04	39.601,3
12º	fev/97	648,0	fev/05	10.393,5	fev/03	34.026,5
13º	fev/01	569,0	fev/14	8.925,4	fev/02	27.167,1
14º	fev/98	279,0	fev/02	8.555,4	fev/01	21.150,6
15º	fev/09	-1.111,3	fev/06	7.662,7	fev/00	20.790,7
16º	fev/10	-1.181,2	fev/01	3.125,4	fev/99	9.077,8
17º	fev/14	-3.314,6	fev/00	2.957,0	fev/98	2.960,3
18º	fev/13	-6.684,4	fev/09	2.866,5	fev/15	-29.849,0
19º	fev/15	-7.429,5	fev/15	2.558,8	fev/20	-88.596,6
20º	fev/19	-18.231,5	fev/99	2.330,6	fev/18	-104.305,6
21º	fev/18	-19.218,2	fev/98	829,8	fev/19	-120.046,7
22º	fev/16	-25.411,7	fev/97	-329,7	fev/16	-133.784,0
23º	fev/20	-25.856,9	fev/17	-8.331,7	fev/17	-158.884,4
24º	fev/17	-26.336,4	fev/16	-10.723,0		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de fev/20

R\$ Milhões - Valores de fev/20 - IPCA							
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses	
1º	fev/04	10.103,1	fev/12	40.452,8	fev/12	161.120,1	
2º	fev/08	10.078,8	fev/08	39.901,4	fev/11	138.262,7	
3º	fev/03	9.647,4	fev/07	30.529,3	fev/08	125.134,1	
4º	fev/12	8.331,6	fev/13	28.581,0	fev/13	117.513,5	
5º	fev/06	7.511,0	fev/03	27.978,8	fev/07	115.622,5	
6º	fev/02	7.363,6	fev/11	27.433,2	fev/05	110.263,4	
7º	fev/07	7.072,2	fev/04	27.292,9	fev/06	107.247,3	
8º	fev/99	5.643,7	fev/02	25.006,7	fev/09	102.268,2	
9º	fev/00	4.917,8	fev/05	22.939,5	fev/04	96.252,5	
10º	fev/05	4.428,5	fev/10	22.160,3	fev/03	93.508,4	
11º	fev/11	4.148,5	fev/20	18.266,9	fev/10	87.741,6	
12º	fev/97	2.492,0	fev/06	15.987,8	fev/14	86.926,9	
13º	fev/01	1.783,6	fev/18	12.635,1	fev/02	82.698,9	
14º	fev/98	1.025,0	fev/14	12.435,3	fev/00	72.458,1	
15º	fev/09	-2.027,2	fev/19	12.374,7	fev/01	69.012,9	
16º	fev/10	-2.055,3	fev/00	9.856,5	fev/99	33.090,5	
17º	fev/14	-4.574,8	fev/01	9.833,5	fev/98	11.301,4	
18º	fev/15	-9.520,8	fev/99	8.402,5	fev/15	-39.673,1	
19º	fev/13	-9.749,6	fev/09	5.268,8	fev/20	-90.612,8	
20º	fev/19	-18.914,4	fev/15	3.435,2	fev/18	-114.639,2	
21º	fev/18	-20.713,7	fev/98	3.057,5	fev/19	-126.788,0	
22º	fev/20	-25.856,9	fev/97	-1.287,0	fev/16	-159.859,5	
23º	fev/17	-29.193,4	fev/17	-9.169,7	fev/17	-178.442,9	
24º	fev/16	-29.508,9	fev/16	-12.298,3			